

# PROGRAMA DE GOVERNO

2019-2022



## CANDIDATOS

**MENDONÇA PRADO:** Governador

**CEL JORGE HUSEK:** Vice-Governador

**DIRETIVAS DO PROGRAMA DE  
GOVERNO 2019 – 2022**

**COLIGAÇÃO  
DIGNIDADE PARA O POVO**

## **SUMÁRIO**

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>04</b>
<b>2. SERGIPE EM NÚMEROS – SÍNTESE 2018</b>	<b>05</b>
<b>3. DIRETIVAS GERAIS</b>	<b>18</b>
<b>4. GOVERNANÇA PÚBLICA, DISCIPLINA FISCAL E POLÍTICA TRIBUTÁRIA</b>	<b>19</b>
<b>5. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER</b>	<b>23</b>
<b>6. SAÚDE</b>	<b>26</b>
<b>7. SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA</b>	<b>28</b>
<b>8. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>34</b>
<b>9. INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</b>	<b>37</b>
<b>10. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	<b>42</b>
<b>11. GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO</b>	<b>44</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

---

*Meus amigos e minhas amigas, o Programa de Governo que submeto a apreciação do Povo Sergipano, fruto de diálogo com a sociedade e da percepção da realidade que nos acomete, tem como objetivo primeiro, minimizar o cenário de caos em que se encontra o Estado de Sergipe.*

*Sabedor que o Estado se encontra em situação falimentar, cabe a nós a desafiadora tarefa de recuperá-lo, agora sobre bases sólidas, transparentes e eficientes para fazermos as mudanças profundas que são indispensáveis e os sergipanos esperam.*

*Contextualizando as ações com o momento atual, a tarefa torna-se ainda mais complexa, pois vivemos um momento de desesperança, de descrença na classe política, mas que vem ao mesmo tempo, acompanhada da expectativa em dias melhores, nos quais as políticas públicas cheguem efetivamente a todas regiões do Estado, beneficiando diretamente seus moradores com saúde, segurança pública, educação em tempo integral, habitação, infraestrutura, saneamento, empregos e serviços de qualidade.*

*Nosso Programa é um Programa responsável, humilde, honesto e preocupado com o desenvolvimento do ser humano, com a aplicação eficiente do dinheiro público objetivando colocar para funcionar o que já existe em nosso Estado. O grande objetivo é respeitar os recursos oriundos dos impostos pagos pelos cidadãos e imprimir qualidade nos serviços disponibilizados à sociedade.*

*Com verbas escassas, tudo é importante, mas nem tudo é verdadeiramente prioritário, assim sendo, o foco do nosso trabalho será, nada mais, nada menos, do que o ser humano, ou seja, **O POVO SERGIPANO!***

## 2. SERGIPE EM NÚMEROS: SÍNTESE 2018 – OBSERVATÓRIO DE SERGIPE

---

O Estado de Sergipe, historicamente, assim como os demais estados da Região Nordeste, se destaca por apresentar grandes desigualdades sociais e de renda, no entanto, para compreender os seus problemas de natureza econômica, social e política como dimensões de uma mesma totalidade, faz-se necessário analisá-los de forma interligada, e não de maneira isolada, como se o econômico nada tivesse a ver com o social e com o político, ou vice-versa. Por outro lado, também é preciso ter a clareza de que o cenário econômico e sócio-político atual de Sergipe não pode ser explicado exclusivamente pelas decisões locais.

Nos últimos anos, enfrentamos uma crise econômica mundial com amplos reflexos na sociedade e uma crise ética e de autoridade sem precedentes. É nítida a descrença da população na classe política brasileira. Existe um verdadeiro desencantamento e desconfiança, por isso o grande desafio é resgatar essa confiança com elaboração de políticas públicas para transformar essa realidade e fazer com que o estado volte a crescer.

Para isso, em primeiro lugar, devemos ter a compreensão dos fenômenos sociais para além de sua aparência ou superficialidade, passando necessariamente pela compreensão de como se dá a relação de Sergipe com a sociedade que a envolve, a sua economia, as políticas nacionais e o quadro internacional.

Segundo as informações contidas na Síntese 2018, do Observatório de Sergipe, possuímos o menor território da Federação, com uma extensão de 21.918,44 km<sup>2</sup> e atualmente conta com uma população de 2.288.116 habitantes, dos quais 70,90% estão situados nas zonas urbanas dos seus 75 municípios.

Ainda segundo o Observatório, o PIB do Estado está fortemente concentrado no setor de Serviços (72,2%), seguido pela Indústria (22,7%) e Agropecuária (5,0%). O IDHM é de 0,69, posicionando o estado em um patamar médio de desenvolvimento humano, senão vejamos:

**INDICADORES POLÍTICO-ADMINISTRATIVO****1. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL**

Capital	Aracaju
Emancipação Política	8 de julho de 1820
Área (km <sup>2</sup> )	21.918,44
Número de Municípios	75

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INDICADORES SOCIAIS****2. VULNERABILIDADE SOCIAL**

IDHM (IPEA) - 2015	0,69
IDHM Educação - 2015	0,62
IDHM Longevidade - 2015	0,82
IDHM Renda - 2015	0,65
Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA) - 2015	0,30
IVS Infraestrutura Urbana - 2015	0,18
IVS Capital Humano - 2015	0,36
IVS Renda e trabalho - 2015	0,37
Índice de Gini - 2016	0,54
Pobreza Monetária - 2016	
Faixas de rendimentos	
Até 1/4 de salário mínimo (%)	19,90
Até 1/2 salário mínimo (%)	44,40
Famílias Beneficiárias no Bolsa Família - fev/2018	283.084
Valor Médio do Benefício - Out/2017	163,80
Valor transferido no mês de outubro de 2017 aos beneficiários	46.369.090,00

Fonte: IPEA, PNAD, Observatório de Sergipe, IBGE

<b>3. POPULAÇÃO</b>	
População Recenseada - (2017)	2.288.116
Homens	1.116.504
Mulheres	1.171.612
Urbana (2016)	1.593
Rural (2016)	655
Taxa de Urbanização (%) - 2016	70,90
Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> ) - 2016	103,37
Razão de Dependência da População (%) - 2016	52,90
Razão de Sexo (%) - 2016	95,46
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) - (2016/2017)	0,99
Taxa de Fecundidade Total - (2017)	1,70
Jovens de 10 a 14 anos (%) - (2017)	24,59
População em Idade Ativa (PIA) de 15 a 64 anos (%) - (2017)	68,96
Idosos de 65 anos ou mais (%) - (2017)	6,45

Fonte: IBGE

<b>4. EDUCAÇÃO</b>	
<b>Taxa de Analfabetismo (%) - 2015</b>	
10 anos ou mais	14,22
15 anos ou mais	15,60
Taxa de Analfabetismo Funcional da População de 15 anos ou mais (%) - 2015	26,30
Escolaridade Média da População de 18 a 29 anos - 2015	9,1
<b>Educação Infantil - 2016</b>	
Número de Matrículas	79.924
Número de Estabelecimentos	1.552
Público	1.203
Privado	349
Média de Alunos por Turma	17,6
<b>Ensino Fundamental - 2016</b>	

Número de Matrículas	337.993
Número de Estabelecimentos	1.922
Público	1.568
Privado	354
Média de Alunos por Turma	22,6
Taxa de Aprovação (%)	79,20
Taxa de Reprovação (%)	16,90
Taxa de Abandono (%)	3,90
Taxa de Distorção Idade-Série Geral (%)	31,30
Federal	19,00
Estadual	42,60
Municipal	36,00
Privada	7,70
<b>IDEB - 2015</b>	
Anos Iniciais	4,60
Anos Finais	3,50
<b>Ensino Médio - 2016</b>	
Número de Matrículas	81.179
Número de Estabelecimentos	282
Público	174
Privado	108
Média de Alunos por Turma	31,0
Taxa de Aprovação (%)	73,50
Taxa de Reprovação (%)	14,70
Taxa de Abandono (%)	11,80
Taxa de Distorção Idade-Série Geral (%)	42,00
Federal	21,30
Estadual	49,80
Privada	9,40
<b>Ensino Superior - 2016</b>	
Número de Matrículas	85.530

Fonte: IDEB/INEP, Observatório do PNE, Observatório de Sergipe



**5. SAÚDE**

Quantidade de Equipes de Saúde da Família Implantadas - 2015	616
Médicos por Mil Habitantes - 2016	1,50
Taxa de Mortalidade Infantil - 2016	15,50
Mortalidade Infantil até 5 Anos - 2015	17,70
Taxa Bruta de Mortalidade - 2015	6,00
Razão de Mortalidade Materna - 2016	37,66
Taxa de Envelhecimento (%) - 2015	35,10
Taxa de Fecundidade Total - 2016	1,73
Esperança de Vida - 2015	72,40

Fonte: DATASUS, Observatório de Sergipe

**6. TRABALHO E RENDIMENTO****Quarto Trimestre de 2017**

População em Idade de Trabalho, 14 anos ou mais	1.822.000
População ocupada	908.000
População Desocupada	141.000
Taxa de Desocupação (%)	13,40
Valor do Rendimento Médio Nominal Mensal de Todos os Trabalhos (R\$)	1.467,00

**RAIS 2016**

Estoque de Empregos Formais	383.073
Agropecuária (%)	2,85
Indústria (%)	18,04
Comércio e Serviços (%)	75,80

Fonte: IBGE/PNAD Contínua Trimestral, RAIS/ MTE

**7. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (2016)**

Número de Beneficiários da Previdência (INSS)	341.159
---	---------

Número de Beneficiários da Previdência Ativos (Sergipe Previdência)	29.916
---	--------

Fonte: DATAPREV/Sergipe Previdência

### 8. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL (2016)

Eleitores	1.540.375
Com Biometria	1.537.236
Sem Biometria	3.140
Locais de Votação	1.163
Seções	5.204
Zonas	36

Fonte: TRE-SE

### 9. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Quantidade de Estabelecimentos Penais - 2017	9
Presos nos Sistemas Penitenciários - 2016	5.014
Homens	4.783
Mulheres	231
Taxas de Homicídio (em 100 Mil Habitantes) - 2016	57,6
Acidentes de Trânsito - 2016	1.351
Número de Óbitos em Acidentes de Trânsito - 2015	548

Fonte: SSP/SE, DETRAN/SE, DATASUS, Anuário Estatístico de Segurança Pública

### 10. ENERGIA ELÉTRICA (2016)

Consumo de Energia Elétrica (Gwh)	3.784
Residencial (%)	28,7
Industrial (%)	37,0
Comercial (%)	15,7
Rural (%)	3,6
Iluminação Pública (%)	5,3
Quantidade de Consumidores	871.557
Residencial (%)	90,0

Industrial (%)	0,3
Comercial (%)	5,9
Rural (%)	2,8
Iluminação Pública (%)	0,1

Fonte: EPE

### 11. HABITAÇÃO (2016)

Domicílios Particulares Permanentes	764.000
Próprios (%)	74,40
Alugados (%)	16,50
Cedidos (%)	5,80
Outros (%)	0,10
Domicílios com Energia Elétrica (%)	99,90
Domicílios com Telefone Fixo (%)	14,40
Telefone Celular por Domicílio (%)	89,00
Telefone Celular com acesso à internet por Domicílio (%)	53,40
Domicílios com Microcomputador com Acesso à Internet (%)	26,10
Domicílios com Microcomputador	29,50
Média Pessoas por Domicílios	2,96

Fonte: IBGE

### 12. SANEAMENTO (2016)

Domicílios com Abastecimento de Água (%)	86,10
Rede Geral (%)	81,70
Outra Forma (%)	2,80
Poço profundo ou Artesiano (%)	8,20
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	
Rede geral ou fossa Ligada à rede (%)	55,90
Fossa não Ligada à Rede (%)	41,70
Outra Forma (%)	1,40
<b>Domicílios com Coleta de Lixo (%)</b>	
Coletado Diretamente (%)	68,60

Coletado em Caçamba (%)	21,00
Queimada (propriedade) (%)	9,50
Outra Destino (%)	0,90

Fonte: IBGE/PNAD

## INDICADORES ECONÔMICOS

### 13. PRODUTOS INTERNO BRUTO (2015)

PIB a Preços de Mercado (R\$ 1.000.000)	38.554,00
Agropecuária (%)	5,00
Indústria (%)	22,70
Extrativa Mineral (%)	3,10
Indústria de Transformação (%)	7,30
Eletricidade, Gás e Água (%)	4,70
Construção Civil (%)	7,50
Serviços (%)	72,20
Comércio	11,70
Administração Pública	27,80
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	8,80
Outras Atividades	23,90
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	17.189,00

Fonte: SEPLAG/SE, IBGE

### 14. AGROPECUÁRIA (2016)

#### Produção da Pecuária

Leite (Mil Litros)	357.882
Ovos de Galinha (Mil dz)	23.387
Ovos de Codorna (Mil dz)	3
Mel de Abelha (kg)	68.489
<b>Abate (cabeças)</b>	
Bovinos	87.027
Suínos	12.482

Coletado em Caçamba (%)	21,00
Queimada (propriedade) (%)	9,50
Outra Destino (%)	0,90

Fonte: IBGE/PNAD

## INDICADORES ECONÔMICOS

### 13. PRODUTOS INTERNO BRUTO (2015)

PIB a Preços de Mercado (R\$ 1.000.000)	38.554,00
Agropecuária (%)	5,00
Indústria (%)	22,70
Extrativa Mineral (%)	3,10
Indústria de Transformação (%)	7,30
Eletricidade, Gás e Água (%)	4,70
Construção Civil (%)	7,50
Serviços (%)	72,20
Comércio	11,70
Administração Pública	27,80
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	8,80
Outras Atividades	23,90
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	17.189,00

Fonte: SEPLAG/SE, IBGE

### 14. AGROPECUÁRIA (2016)

#### Produção da Pecuária

Leite (Mil Litros)	357.882
Ovos de Galinha (Mil dz)	23.387
Ovos de Codorna (Mil dz)	3
Mel de Abelha (kg)	68.489
<b>Abate (cabeças)</b>	
Bovinos	87.027
Suínos	12.482

Aves	1.116.126
<b>Lavoura Permanente</b>	
Laranja (t)	489.156
Coco-da-Baía (Mil Frutos)	230.646
Maracujá (t)	7.455
<b>Lavoura Temporária</b>	
Cana-de-Açúcar (t)	2.393.110
Mandioca (t)	295.515
Milho em Grãos (t)	140.962
<b>Produção de Pescado (t)</b>	<b>5.528,65</b>

Fonte: IBGE

## 15. INDÚSTRIA

Empresas Industriais Ativas (2016)	28.021
Extrativa Mineral (%)	0,28
Transformação (%)	7,71
Construção Civil (%)	4,88
Produção de Petróleo (Mil Barris) (2016)	11.285
Produção de Gás Natural (Mil Barris)(2016)	454
Produção de Cimento (t) (jan. a jun. 2017)	942.923
Consumo de Cimento (t) (jan. a jun. 2017)	244.062

Fonte: RAIS/ MTE, ANP, SNIC

## 16. COMÉRCIO EXTERIOR (2017)

Saldo da Balança Comercial (US\$ Mil FOB)	- 47.026.096,00
Exportações (US\$ FOB mil)	90.887.586,00
Sucos de Laranjas, Congelados, não Fermentados (%)	38,01
Sucos de Abacaxi (%)	1,88
Recipientes Tubulares, de Alumínio, C<=300L (%)	1,85
Óleos Essenciais de Laranja (%)	6,79
Importações (US\$ mil FOB)	137.913.682,00

Fonte: MDIC

**17. TRANSPORTES (2017)**

Frota de Veículos	736.475
Interior (%)	59,48
Capital (%)	40,52
Veículos Incorporados à Frota	30.437
Extensão das Rodovias (km)	7.311
Federal (km)	320
Estadual (km)	5.438,99
Municipal (km)	1.551,52

Fonte: DETRAN/SE

**18. COMUNICAÇÕES (2017)****Correios e Telegráfos**

Unidades de Atendimento	98
-------------------------	----

**Emissoras de Rádio**

AM	12
FM	25

**Radiodifusão de Som e Imagem**

TV Aberta	6
TV por Assinatura	3

**Telefonia**

Fixa Comutada (Acessos Instalados)	1.149.843
Móvel (Acessos em Operação)	2.119.031
Fixa Coletiva - TUP (Telefones em Serviço)	882.625

Fonte: Correios, Anatel

**19. TURISMO****Trafergo Aéreo (Mil Pessoas) (2017)**

Embarcados	621.311
Desembarcados	603.798
Número de Pousos	6.425

<b>Oferta Hoteleira (2016)</b>	
Hotéis e Pousadas (Estabelecimentos)	221
Unidades Habitacionais	9.340
Leitos	21.719
Taxa de Ocupação Hoteleira (%)	68,54

Fonte: INFRAERO/ MT/ IBGE

## 20. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (2015)

Empresas de Serviços	5.905
Número de Pessoas Ocupadas em 31/12	83.296

Fonte: IBGE

## 21. PREÇOS (2017)

Cesta básica de Aracaju (R\$) (Dezembro)	340,20
Variação anual (%)	- 2,76

Fonte: DIEESE

## INDICADORES FINANCEIROS

### 22. FINANÇAS PÚBLICAS (2017)

Receita Orçamentária Estadual (R\$ Bilhões)	7,38
Receitas Correntes (%)	96,70
Receitas de Capital (%)	3,30
Despesas Orçamentária Estadual (R\$ Bilhões)	7,59
Despesas Correntes (%)	92,20
Despesas de Capital (%)	7,80
Fundo de Participação do Estado - FPE (R\$ Bilhões)	3,44
Fundo de Participação dos Municípios - FPM (R\$ Bilhões)	1,13
Royalties (R\$ Milhões)	86,24
Operações de Crédito Realizadas no Estado (R\$ Milhões)	97,54

Fonte: SEFAZ/SE, Tesouro Nacional \* excluído despesas e receitas intra-orçamentárias

\*\* descontada parcela do FUNDEB



Essas informações, divulgadas pelo Sergipe em Números em 2018, em associação com outras fontes de dados, **ao mesmo tempo em que oferecem um rápido panorama sócio econômico do estado, possuem a importante função de subsidiar os gestores públicos locais na elaboração de estratégias de desenvolvimento e na formulação de políticas públicas** focadas na prestação do serviço público eficaz, eficiente e de qualidade para a população.

### **3. DIRETIVAS GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO**

---

As diretivas aqui propostas, que visam orientar as ações governamentais, possuem o objetivo de viabilizar um novo modelo de desenvolvimento e uma nova estratégia de consolidação das contas públicas assentadas no crescimento, no emprego e na criação de condições para o implemento dos investimento públicos e privados. Assim, todos os eixos do programa de governo mantêm uma relação com a economia, seja pelo fato de que as políticas setoriais estejam sujeitas aos recursos públicos para serem implementadas, ou pelos efeitos positivos alcançado por estas no desempenho econômico.

#### **Primeira Diretiva**

Priorizar o social (investimento nas pessoas) como forma de impulsionar os índices de desenvolvimento humano.

#### **Segunda Diretiva**

Adotar medidas para redução da máquina pública com o objetivo de diminuir o déficit orçamentário e o endividamento público, propiciando o equilíbrio entre despesas e receitas.

#### **Terceira Diretiva**

Retomada do crescimento econômico e geração de emprego.

#### **Quarta Diretiva**

Implantar medidas de emergência com reformas estruturais na administração pública estadual para prestação de serviços públicos eficientes, universais e de qualidade.

#### **Quinta Diretiva**

Impulsionar e incentivar a modernização e a diversificação da economia, criando condições para o investimento, a inovação e a qualificação de empresas e trabalhadores.

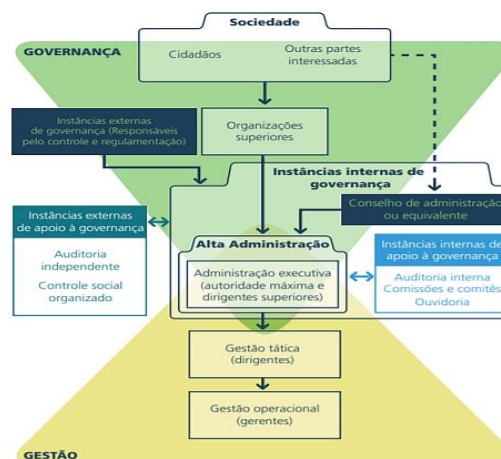
#### **Sexta Diretiva**

Propor um Estado eficiente com capacidade de recuperação do investimento.

#### 4. GOVERNANÇA PÚBLICA, DISCIPLINA FISCAL E POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, a Gestão Pública começou a se preocupar com a ideia de eficiência, em grande medida influenciada pelos avanços realizados no âmbito da administração de empresas. No Brasil, a reforma do estado ganhou expressão própria, desburocratização. Depois deste momento, nunca mais a administração pública voltou a figurar como pauta política na agenda do país, embora o tema tenha sido tangenciado por diversos outros assuntos tratados de maneira isolada, como a estrutura administrativa, o plano de cargos e salários de servidores, a criação de instâncias de participação social, e, mais recentemente, o teto de gasto e a corrupção.

Sem desconsiderar a relevância dos aspectos instrumentais da eficiência, em um novo ciclo de modernização da gestão pública é preciso ir além e considerar os aspectos técnico-políticos inerentes ao bom funcionamento das esferas de tomada de decisão em políticas públicas. As consequências dessa concepção são inúmeras. Verifica-se, portanto, que a gestão pública está forçosamente conectada à uma dimensão mais ampliada de governança pública.



Fonte: TCU – Referencial Básico de Governança, 2ª Versão, 2014, pg. 28

A concepção da governança pública requer um ambiente político capaz de estabelecer uma dinâmica cooperativa entre sociedade e estado, seja por meio do Legislativo, ou pelas diversas formas de participação social. Economicamente falando, é preciso converter a relação de construção e solução de problemas, bem como a de alocação dos limitados recursos públicos disponíveis, em uma relação de soma positiva, superando as atuais dicotomias, nas quais a soma é zero. Apenas dessa maneira teremos a institucionalização e, por conseguinte, a consolidação geracional, dos avanços realizados no âmbito da gestão pública.

Com o objetivo de reduzir e controlar despesas, faz-se necessário e urgente reduzir o tamanho da estrutura do governo. Realizar um ajuste fiscal é, portanto, essencial para termos um Estado saneado e forte. Controlar a evolução das principais despesas é criar condições para a elevação do investimento público.

Entre os objetivos da atividade tributária do Estado está o de prover recursos para o atendimento e prestação dos serviços públicos, cabendo a esta também favorecer as condições de competitividade das empresas no desenvolvimento da economia regional. Nesse sentido, terá prioridade, desde primeiro momento, o reforço de ações que apoiem a competitividade e a sustentabilidade das empresas aqui instaladas. Queremos com isso gerar bons empregos e reestruturar o setor produtivo.

Em relação à política de concessão de benefícios fiscais, este é um instrumento de política fiscal voltado à promoção do desenvolvimento, visando o crescimento setorial, a diversificação das atividades econômicas e o estímulo à competitividade estadual. Entendemos, portanto, que a concessão do benefício fiscal somente se aplica se e quando a vantagem a ser gerada pelo uso privado de recursos da sociedade seja em proporção maior do que o uso público desses recursos.

### Principais Ações

- ✓ Melhoria na qualidade do gasto público com o combate efetivo ao desperdício dos recursos, valorizando a eficiência na aplicação desses recursos;
- ✓ Implementar a fusão e/ou extinção de Secretarias e/ou Órgãos Públicos com vistas a reduzir os gastos com pessoal e custeio da máquina, visando o ajuste fiscal;
- ✓ Redefinir as Funções da Casa Civil;
- ✓ Promover o aumento da taxa de investimentos públicos, como estímulo à retomada do crescimento econômico;
- ✓ Ampliar o processo de modernização na busca de ativos, melhoria na fiscalização visando combater a fraude e a sonegação fiscal;
- ✓ Restabelecer novas práticas da administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo;
- ✓ Promover a revisão da política de incentivos fiscais do Estado, dentro das premissas da legalidade tributária, da vinculação a objetivos concretos de criação de emprego e renda para cada benefício concedido;
- ✓ **Implantar um novo modelo de GESTÃO e GOVERNANÇA PÚBLICA por meio das seguintes ações:**
  - a) Auditar as contas de todas as Secretarias e adotar as medidas decorrentes de seus resultados;
  - b) Realizar uma reengenharia do sistema de planejamento e gestão;
  - c) Valorizar o servidor de carreira, com gestão baseada na meritocracia;
  - d) Propiciar a formação continuada dos agentes públicos;
  - e) Reduzir ao mínimo os cargos de nomeação política;
  - f) Implantar Sistema de Protocolo Eletrônico e Documento (Processo Digital - Papel Zero)  
- adotando sistema eletrônico em toda a administração pública;
  - g) Analisar e recadastrar toda a rede de parceiros;
  - h) Implementar novos métodos de gestão estratégica;
  - i) Acompanhar as ações das Secretarias com a cobrança e cumprimento das metas;

- j) Instituir o Gabinete de Gestão Integrada em Governança – GGIG, com reuniões gerenciais quinzenais, com a finalidade subsidiar a tomada de decisão, por meio da geração de conhecimento e disseminação de informações de forma constante, mediante análises dos indicadores, das metas, resultados e dos programas prioritários, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população do estado de Sergipe;
- k) Exigir total transparência das ações das Secretarias;
- l) Instituir a cultura de audiências públicas, inclusive com representantes dos servidores públicos, como forma de propiciar a participação da sociedade no processo decisório;
- m) Fortalecer e aprimorar o Observatório de Sergipe para prover dados estatísticos colimados com os indicadores de gestão;
- n) Integrar a Programação Financeira do Governo ao Portal de Compras (comprasnet.se.gov.br), criando a possibilidade de já no edital, e cumprida as fases da despesa, definir o cronograma de pagamento, proporcionando, assim, maior confiabilidade do fornecer e redução dos preços praticados;
- o) Fortalecer o Controle Interno (Controladoria-Geral do Estado) em recursos e capacidade técnica, potencializando seu papel de prevenção do desperdício;
- p) Fortalecer os canais de ouvidoria e de transparência pública;
- q) Implantar serviços eletrônicos de atendimento aos cidadãos, por intermédio do APP “CEAC DIGITAL”, ampliando os serviços já prestados pelo CEAC;

## 5. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE e LAZER

Uma das principais funções da educação pública é equalizar oportunidades, ou seja, em que pese as diferenças socioeconômicas que existem entre os indivíduos, o acesso à educação deveria ser o “fiel da balança” na oportunidade de dar a todos as mesmas condições para uma vida saudável e segura. No entanto, sabemos que viver em condição de pobreza ou pobreza extrema tem impacto em diversas dimensões da vida do indivíduo, dentre elas a educação. Para as crianças e jovens extremamente pobres, por exemplo, **a merenda escolar pode ser a única refeição balanceada do dia.**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do estado de Sergipe caiu de 2,8 para 2,6, entre os anos de 2005 e 2015. A trajetória do Ideb do país mostra que, entre 2009 e 2013, há uma estagnação nos resultados. Mas em 2015, uma leve melhora eleva o Ideb nacional em 0,1. O estado também apresentou um período de estabilidade das notas, entre 2009 e 2011, mas os anos seguintes foram de queda. Enquanto, em 2015, o país aumentou seu Ideb, Sergipe sofreu queda de 0,2 se comparado ao seu resultado do ano anterior e encerrou o período com uma diferença de 0,9 inferior à média do país.

GRÁFICO 1 | Ideb Sergipe x Brasil



FONTE: INEP  
Elaboração: Instituto Unibanco – Gerência de Gestão do Conhecimento

### Principais Ações

- ✓ Valorizar os profissionais do magistério (salário justo e formação continuada) e recuperar a infraestrutura em todos os seus aspectos para que possam efetivamente realizar suas atividades;
- ✓ Criar um programa de utilização de energia solar nas escolas abrindo caminho à climatização das salas de aula;
- ✓ Permitir o acesso de todos indistintamente, inclusive proporcionando maior número de cursos noturnos para jovens e adultos (na cidade e no campo);
- ✓ Criação de creches nas escolas onde são desenvolvidos cursos para educação de jovens e adultos (forma de evitar a evasão escolar, o analfabetismo e propiciar o acesso das “mães solas”);
- ✓ Assegurar o cumprimento da grade curricular nacional tendo como foco a educação inclusiva, equitativa e de qualidade;
- ✓ Criar uma base de dados para acompanhar o desempenho dos docentes, com foco nas metas estabelecidas e nos índices de repetência e evasão;
- ✓ Garantir os repasses constitucionais para a Educação;
- ✓ Assegurar assistência à saúde (médico, dentista, psicólogo e assistente social) das crianças no âmbito escolar com a implementação de programas permanentes da secretaria estadual da saúde;
- ✓ Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais;
- ✓ Fusão das Secretarias hoje existentes em apenas uma: Secretaria de Estado da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- ✓ Implementar programa de formação inicial de professores, em regime integral, para o sistema educacional do estado de Sergipe, articulado com o Conselho Estadual de Educação;
- ✓ Ampliar gradativamente a oferta no ensino integral, fortalecer a função social da escola desenvolvendo nos alunos suas potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do cidadão, capacitando-o a se tornar pessoas participativas e produtivas (um turno dedicado



ao ensino formal e o contraturno a atividades lúdicas: artes, cultura, esportes, tecnologia, línguas estrangeiras etc.);

- ✓ Criar programa de formação em gestão e liderança para gestores da Secretaria da Educação, visando o aperfeiçoamento da gestão escolar;
- ✓ Criar e implantar Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de Sergipe, com o objetivo de estimular a inovação e o uso de novas tecnologias como instrumento pedagógico e de gestão;
- ✓ Fortalecer o regime de colaboração Estado / Município, aperfeiçoando mecanismos de integração e articulação entre os sistemas educacionais;
- ✓ Promover ações de engajamento da família e da sociedade no processo educacional;
- ✓ Criar a BIBLIOTECA PÚBLICA VIRTUAL DE SERGIPE, com livros e materiais didáticos das escolas públicas, livros, materiais culturais etc. democratizando o acesso a informação de qualidade;
- ✓ Fomentar atividades esportivas nas suas diversas modalidades (esporte amador) com a realização e fortalecimento dos jogos estudantis;
- ✓ Fortalecer o programa de merenda escolar (aquisição de alimentos direto de cooperativas locais como forma de redução dos custos e estímulo à economia local);
- ✓ Incentivar a participação da família no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Criar um programa de palestras destinado a convidar profissionais das mais diversas áreas (servidores públicos civis, militares, profissionais liberais, empresários etc.) com temas ligados à sua profissão, a ética e cidadania;
- ✓ Ampliar os cursos profissionalizantes;
- ✓ Fomentar a criação de cursos de capacitação e qualificação de agentes culturais, artísticos, técnicos etc.;
- ✓ Desenvolver campanhas de divulgação do folclore e da arte sergipana;
- ✓ Criar incentivos para preservação de bens culturais imóveis públicos e privados;
- ✓ Fomentar a criação de roteiros turístico-culturais nos mais diversos municípios de Sergipe;
- ✓ Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, privilegiando as comunidades menos favorecidas e ocupando espaços públicos existentes.

## 6. SAÚDE

A saúde pública é uma das áreas sociais mais importantes para o nosso projeto, pois não só demonstra a prestação de serviços essenciais e a ocorrência de doenças, mas também evidencia a qualidade de vida da população. A saúde não pode ser vista apenas como a estrutura predial e técnica existente, pois envolve o ambiente social, especialmente as condições de vida nas comunidades, os conhecidos fatores condicionantes alimentação, moradia, saneamento, trabalho, entre outros. Saúde é um assunto de interesse público e direito fundamental da pessoa humana.

A prevenção é a melhor forma de atuação estatal. A atenção básica, primeiro nível de cuidado assistencial e médico a ser ofertado pelo poder público, deve ser uma prioridade do governo estadual (fazer funcionar o que existe), que deve ajudar os municípios na prestação destes serviços: vacinação, atividades educativas e de planejamento familiar, visitas de equipes de saúde da família e de agentes comunitários de saúde, farmácia, consultas e atendimentos médicos e odontológicos.

Devemos enfrentar os fatores de risco e promover práticas de gestão que garantam melhor qualidade de vida e que mantenham o bom estado de saúde das pessoas, ou seja, fazer com que as unidades existentes tenham capacidade de atender a população de forma adequada.

### Principais Ações

- ✓ Efetivar a regionalização (interiorização) e a descentralização das ações e serviços de saúde, colocando para funcionar com excelência os hospitais regionais existentes, e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões do Estado (Agreste Central, Alto Sertão, Baixo São Francisco, Centro Sul, Médio Sertão e Sul) para serviços de média e alta complexidade (suprir a falta de especialistas);
- ✓ Devolver a dignidade, o respeito e a resolutividade no tratamento das pessoas doentes;
- ✓ Fortalecer os serviços de atenção básica à saúde em parceria com os municípios, provendo-os de uma equipe de acompanhamento de apoio e monitoramento da gestão

municipal da saúde, estabelecendo o trabalho colaborativo com os municípios e fazer com que as unidades existentes voltem a funcionar em sua plenitude;

- ✓ Folha de Pagamento (Premissa – pagar a folha em dia; COMO? Com o enxugamento da máquina pública);
- ✓ Transformação da carreira em carreira de Estado;
- ✓ Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres sergipanas, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo o Estado;
- ✓ Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Estadual de Saúde;
- ✓ Ampliar o Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD, como forma de evitar hospitalizações desnecessárias e diminuir o risco de infecções, bem como, como diminuir a superlotação de serviços de urgência e emergência;
- ✓ Retomar as ações do Pró-Mulher no Estado, levando a mensagem de prevenção ao câncer de colo do útero e outras doenças (realização de exames preventivos para o diagnóstico precoce do câncer), além de cuidados com o corpo;
- ✓ Integrar a rede de atendimento familiar e comunitário, realizar a gestão rígida de contratos e investir em bases de dados informatizadas;
- ✓ Programa emergencial de redução de filas e do passivo de exames.
- ✓ Implementar Parcerias Público Privadas -PPP, com o objetivo de implantar Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos na capital e interior;
- ✓ Aperfeiçoar o sistema de Gestão da Saúde, utilizando ferramentas na área de tecnologia, para melhorar o sistema de informação e integrá-lo com as gestões municipais;
- ✓ Implantar um sistema de marcação de consultas “online”.

## 7. SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

A criminalidade é um fenômeno complexo, movida por fatores biopsicológicos e sociológicos, mas ainda assim o Estado é o principal responsável pela redução das tensões e garantia da harmonia social.

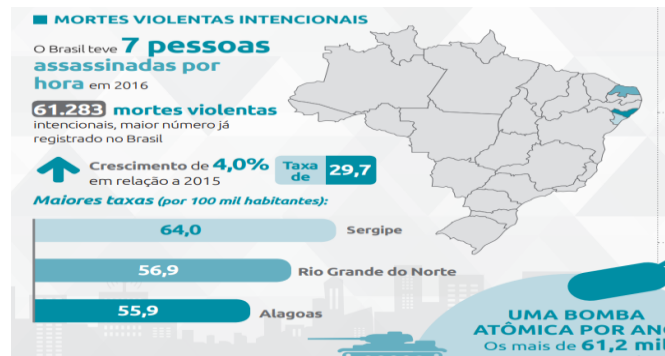
Nesse diapasão a segurança pública se constitui em um cenário formado por diversas organizações que atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção da violência. Portanto, não se confunde com o sistema de justiça criminal, mas com esse colabora. Também não se resume exclusivamente às organizações policiais, por mais que essas tenham papel central no debate público acerca do tema.

A Segurança Pública precisa urgentemente ser vista sob um novo paradigma, que é o de unir as diversas Secretarias, e suas ações, que hoje atuam de forma isolada, a fim de que unam forças e expertises em prol de um objetivo comum, que é a busca pela paz social.

A segurança pública não é um problema exclusivo das policiais, é um problema de toda a sociedade e deve, de forma transversal e multidisciplinar (educação, saúde, inclusão social, cultura, esporte, etc.), atuar de maneira integrada e concentrada, para melhorar os índices criminais do estado.

Analisando os dados de Sergipe (Anuário Brasileiro da Segurança Pública - 2017) podemos pontuar que a escalada da criminalidade vem aumentando, especialmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio. Verifica-se, também, que está em curso a interiorização da violência, ou melhor, as aglomerações urbanas permanecem com elevadas taxas de criminalidade, mas outras regiões também se destacam neste “mapa do crime”, principalmente o interior da região nordeste.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta, que nos últimos 5 anos, Sergipe aparece em primeiro lugar, com 64 homicídios para cada 100 mil habitantes. Essa realidade era bem diferente em 2011.



\* Taxas acima de 10 mortes por 100 mil habitantes são consideradas epidêmicas

No ano de 2011, de acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde (Sistema de Informação sobre Mortalidade) com dados referentes às mortes por agressão, o Estado de Sergipe foi a 10ª unidade federativa com a maior taxa de homicídios, com 35 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Nesse período a capital Aracajú apresentou taxa de mortes por agressão de 47,6 mortos por 100 mil habitantes. Além da capital, outros cinco municípios apresentaram taxas de homicídios acima de 10 mortes por cem mil habitantes. Juntos, a capital e os cinco municípios (Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, São Cristóvão e Estância), que representam apenas 8% do total de municípios do Estado, somam 66% das ocorrências de homicídios no estado, mostrando um alto índice de concentração desta modalidade criminosa nessas regiões.

Essa é a mesma realidade encontrada na última pesquisa. Os crimes continuam concentrados na Capital nos municípios apontados em 2011, com uma migração para municípios limítrofes, mas não em grandes proporções.

Nesse contexto, é de fundamental importância o fortalecimento da Análise Criminal para a identificação de padrões (espaciais, temporais, comportamentais e migratórios), pois permite que ações preventivas e coercitivas possam ser pautadas nos resultados das análises, para que se possam agir de forma focada e preventiva e prioritária, que só é possível a partir do conhecimento da origem e dinâmica criminosa da área que se atua.

Outro fator de suma importância, nessa árdua tarefa, é a participação efetiva dos municípios, pois eles possuem, ao lado das forças de segurança, um grande desafio que é o

de desenvolver projetos concretos de prevenção e alcançarem, com eles, reduções significativas nas taxas de criminalidade e nas ocorrências violentas em âmbito local.

Para isso, a criação de uma política pública que tenha como objetivo final congregação das diferentes áreas, tanto do estado quanto dos municípios, para o efetivo combate à criminalidade, com a formação de um pacto de enfrentamento da violência que priorize ações, para redução dos crimes em Sergipe, é vital.

### Principais Ações

- ✓ Fusão ou integração funcional da SSP com a Secretaria de Justiça;
- ✓ Reestruturação e criação de mais vagas no sistema prisional;
- ✓ Implantar o sistema semiaberto no Estado;
- ✓ Implementar um plano de atividades laborais para os egressos;
- ✓ Criar, de acordo com o regime de prisão, o plano de atividades para os detentos (Trabalho e Educação), propiciando oportunidade de trabalho e remição da pena, de acordo com a Lei nº 7.210/89 - Lei de Execuções Penais e a Recomendação nº 44/2013 do CNJ;
- ✓ Instalar nos presídios scanners corporais e bloqueadores de celulares;
- ✓ Ampliar para todo o Estado a solução do uso da videoconferência para a realização das audiências criminais;
- ✓ Promover a expansão e modernização do sistema prisional;
- ✓ Desenvolver projetos para capacitar os apenados em atividades profissionais, para serem executadas durante a pena em benefício da sociedade e inclusão do sentenciado em uma profissão, reduzindo os custos do estado com a estadia do detendo realizando uma ressocialização e inclusão social;
- ✓ Implantar sistema de vigilância interna e externa dos presídios com utilização de Drones e câmeras de vigilância;
- ✓ Implementar o IAPF – Instituto de Análise e Pesquisas Forenses (hoje equipamentos estão abandonados sem a devida instalação e existe falta de profissionais habilitados ao manuseio de uma série de equipamentos e DPVAT);

- ✓ Transferir a sede do IML para um novo local (já existe recurso alocado para isso) e implantar IML (perícia de pessoas vivas e locais de crime) nas quatro regiões administrativas que serão criadas pelo Poder Executivo;
- ✓ Implantar do Registro de Identidade Civil - RIC (Lei nº 9.454/97 e Dec. nº 7.166/10);
- ✓ Finalizar a implantação do Procedimento Policial Eletrônico – SINESP/PPE em parceria com o Ministério Extraordinário da Segurança Pública;
- ✓ Implantar o Cadastro Biométrico Digital no Instituto de Identificação AFIS (buscar parceria, aos moldes da PF, com o TSE, para compartilhamento do banco de dados biométricos);
- ✓ Ampliar os Pelotões de Caatinga;
- ✓ Reativar a Câmara de Monitoramento de Inquéritos e Processos de Homicídios;
- ✓ Criar novas unidades do GETAM no interior;
- ✓ Criar a ROTA (filosofia);
- ✓ Construção da Cidade da Polícia Civil;
- ✓ Implantar o sistema de rastreamento e monitoramento de cercas virtuais nas divisas do Estado (câmeras OCR) com a finalidade de inibir a entrada de contrabando, drogas, armamento e munições e a saída de veículos roubados/furtados;
- ✓ Integrar os Postos de Fiscalização da Secretaria de Fazenda com os Postos Policiais de Divisas como forma de dar efetividade as ações de ambas as instituições;
- ✓ Criação do Observatório de Segurança Pública;
- ✓ Priorização da ocupação dos serviços públicos (segurança, assistência social, saúde, educação etc.) nas manchas criminais;
- ✓ Criação da Câmara de Monitoramento de Inquéritos no âmbito do GGI;
- ✓ Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, ligo ao gabinete do Governador;
- ✓ Fortalecimento dos Conselhos de Segurança Pública- Consegs;
- ✓ Manutenção e ampliação do Programa PROERD;
- ✓ Implementação de metas, indicadores e monitoramento para as áreas integradas de Segurança Pública;

- ✓ Criação de um Programa de Segurança Pública que inclua a participação efetiva dos Municípios Sergipanos (Guardas Municipais, Criação dos Gabinetes de Gestão Integradas Municipais e Espaços Urbanos Seguros);
- ✓ Elevar o número de policiais na atividade fim, reduzindo o uso excessivo de policiais empregados em atividades que não seja a segurança pública;
- ✓ Efetivar o Gabinete de Gestão Integrada como o local para discutir, avaliar e monitorar as ações de segurança pública no estado;
- ✓ Inserção do Estado no Sistema Único de Segurança Pública;
- ✓ Criação de Delegacias ou Núcleos de Atendimento a Grupos Vulneráveis nas cidades mais populosas e que tenham os maiores índices de violência contra as mulheres, crianças vítimas, idosos, segmento LGBTT);
- ✓ Criação Núcleos de Homicídios e do Denarc nas Delegacias regionais que cuidem das investigações de todas as cidades ligadas a regional;
- ✓ Otimização do uso dos recursos de custeio da SSP para garantir eficiência as ações de prevenção e repressão das forças policiais;
- ✓ Fortalecer o CEFAP e Acadepol e investir na capacitação continuada dos profissionais de Segurança Pública;
- ✓ Estruturação dos Departamentos da Polícia Civil como gestores das ações, conforme a matéria dos tipos criminais, em todo o estado (não o de ser um departamento atuando apenas na capital). Não existe integração com as unidades do interior;
- ✓ Criar a Coordenação de Prevenção a violência na Segurança Pública para fortalecer e integrar os projetos de prevenção da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros (Ex: Polícia Comunitária, Bombeiro Mirim, Acorde, etc.);
- ✓ Melhorar a estrutura física e de equipamentos das unidades do Corpo de Bombeiros Militar da Capital e do Interior;
- ✓ Estabelecer um cronograma periódico de concurso públicos para as instituições de Segurança Pública com a finalidade de manter o fluxo das carreiras e a capacidade operacional dos órgãos;
- ✓ Reorganizar e normatizar a atuação dos Centros Integrados de Segurança Pública;



- ✓ Implantar um Centro Integrado de Comando e Controle nos moldes de gestão e atuação dos criados para os grandes eventos;
- ✓ Ampliar as fontes de captação de recursos e criar o Fundo para Aparelhamento do Corpo de Bombeiros;
- ✓ Criar programas de valorização dos profissionais do CBMSE;
- ✓ Adquirir viaturas e equipamentos de forma a manter todas as equipes em funcionamento adequado e expandir as Unidades Operacionais do CBMSE;
- ✓ Expandir a ação do CBMSE por meio de novas Unidades Operacionais em locais estratégicos (regiões administrativas), visando dar maior cobertura operacional e consequentemente diminuir o tempo resposta das ocorrências;
- ✓ Planejar e consolidar o fortalecimento institucional dos órgãos de Segurança Pública;
- ✓ Implantar uma política de segurança pública de forma integrada com as demais políticas públicas atuando de forma sistêmica no território, criando nos locais mais vulneráveis ações relacionadas à segurança, saúde, educação, emprego e infraestrutura.

## 8. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A cidadania, de modo geral, é tudo aquilo que abrange a posse de direitos e deveres de um povo em território, que se traduzem nos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, que se renovam constantemente diante das transformações sociais, dos contextos históricos e principalmente diante das mudanças ideológicas.

Os direitos humanos estão consagrados em declarações, convenções e pactos internacionais, sendo a referência maior a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

São os direitos essenciais a todos os seres humanos e proibem a discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade e podem ser civis ou políticos, como o direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão ou econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho e a educação e coletivos, como o direito ao desenvolvimento.

A Constituição do Brasil se compromete no artigo 1º, à prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais e, no art. 5º e os seguintes, definem os direitos e garantias fundamentais, mas que, infelizmente, não são oportunizados a todos.

Para mudar essa realidade, é necessário enfrentar as situações de desigualdade que são consideradas socialmente desfavoráveis, tanto para o indivíduo, quanto para o conjunto de população e enfrentá-las, por meio da criação de programas com ações afirmativas, com a finalidade de reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos e grupos específicos de nosso estado, para que possamos chegar nessa igualdade formal constitucional.

Para isso é preciso criar políticas públicas direcionadas para segmentos sociais historicamente discriminados (população carente, mulheres, negros, segmento LGBTT, Pessoas com Deficiência, Idosos, índios) que foram privados de seus direitos o que, ao longo dos anos, agravou as condições de desigualdade (social, econômica, política ou cultural), algo prejudicial para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

**Principais Ações**

- ✓ Combate ao preconceito em todas as suas formas, afirmação da cidadania e promoção da igualdade racial;
- ✓ Proteção do núcleo familiar com o estímulo a políticas de combate a violência doméstica, ao abandono familiar, ao tráfico de drogas e etc.;
- ✓ Implementar programas e ações que busquem a revitalização de espaços destinados à assistência e à inclusão social;
- ✓ Fornecer estrutura e apoiar ambientes de intercâmbios sociais, culturais e econômicos;
- ✓ Ampliar a rede estadual de apoio (Projeto Acolhe) a crianças e adolescentes dependente de drogas;
- ✓ Facilitar o diálogo do governo com os movimentos sociais;
- ✓ Ampliar o atendimento “24 horas” do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis – DAGV;
- ✓ Prestar serviços públicos de qualidade necessários à cidadania (registro civil e demais documentações);
- ✓ Facilitar o acesso à Justiça por meio da atuação das instituições públicas que atuam na área de segurança pública e assistência social;
- ✓ Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero; infância e juventude; velhice; deficiência; questão étnica e racial.
- ✓ Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras com atuação política;
- ✓ Garantir os direitos das mulheres à educação de qualidade, à saúde, à moradia, ao trabalho, à geração de renda, ao lazer e aos demais serviços públicos;
- ✓ Firmar parcerias com o terceiro setor para atendimento de pessoas com deficiência;
- ✓ Capacitar e capilarizar a Defesa Civil;
- ✓ Garantir a inclusão (acesso aos direitos) das pessoas com deficiência, por intermédio de convênios com Associações (Ex: Centro de Convivência Para as Pessoas com Deficiência);

- ✓ Implantar escolas bilíngues para surdos, primeira língua “LIBRAS” segunda língua escrita Português;
- ✓ Fomentar em todo o Estado a implantação de sistemas de transporte adaptados para pessoas com deficiência;
- ✓ Ampliar os programas de inserção de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho;
- ✓ Criar um órgão específico para cuidar das pessoas com deficiência;
- ✓ Criar uma linha de crédito subsidiada no BANESE (Banese Acessibilidade) para reforma e material de construção, com o objetivo de adaptação de imóvel residencial com a finalidade de atender as necessidades das pessoas com deficiência;
- ✓ Atuar de maneira integrada (integração dos dados sociais) com os municípios para que as políticas de inclusão social sejam direcionadas para as famílias mais necessitadas.

## 9. INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

É evidente que o investimento em infraestrutura é a mola propulsora para redução das desigualdades, mas não podemos fugir a análise da conjuntura atual, pois existe uma relação direta entre infraestrutura e desenvolvimento. Afinal, a capacidade de atração de investimentos, o incentivo ao empreendedorismo, a geração de empregos e até a qualidade de vida da população estão diretamente relacionados com os elementos que compõem a estruturação socioespacial de uma localidade ou região.

O desenvolvimento social se refere à circunstância onde uma sociedade adquire melhores condições de vida, ou seja, está relacionado a um processo de melhora da qualidade de vida da população, que deve ser saudável, sustentável e inclusiva.

A infraestrutura econômica é o conjunto de elementos básicos que fornece as condições materiais mínimas necessárias a qualquer empreendimento público ou privado, de interesse particular ou compartilhado e se relaciona com questões logísticas que servem para o desenvolvimento do Estado, dos quais os transportes, as comunicações e as fontes de energia são fatores essenciais.

Assim, os desafios para investir em infraestrutura para o desenvolvimento são grandes, já que os investimentos do setor público são em grande parte limitados pela frágil situação fiscal, onde o governo compromete a maior parte dos recursos com despesas de custeio, sobrando pouco para investir e crescer.

Vivemos hoje uma triste realidade, a pobreza, o desemprego e a renda média do trabalhador são importantes indicadores da situação social da população sergipana. A falta de postos de trabalho e a conseqüente diminuição da renda são combustível às mazelas sociais (fome, desnutrição, marginalização, pobreza etc.).

Além do mais, essas desigualdades sociais gritantes em nossa sociedade, colaboram para um ambiente de tensão, pois as contradições sociais demonstram que nem todos os cidadãos usufruem da mesma forma de direitos fundamentais, como: moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, segurança, trabalho entre outros.

Assim, as ações governamentais devem oportunizar a todo o cidadão, por meio de políticas públicas amplas, o acesso ao mercado de trabalho através da oferta de cursos de capacitação que lhe darão melhores oportunidades e remuneração, pois sabemos que não

existe prosperidade sem pessoas qualificadas e aptas para assumir os postos de trabalho, que surgem com a utilização de novas tecnologias. Para isso, o primeiro passo para a verdadeira inclusão social passa pela capacitação do trabalhador e sua inserção a esse novo mercado trabalho, onde novas habilidades são exigidas a cada momento.

Além da conquista de um posto de trabalho, a defesa social e/ou inclusão social sugere a efetividade dos direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição Federal, mas que na verdade não são oportunizados a todos os cidadãos. O Estado deve colocar em prática políticas que possibilitem construir uma rede de serviços públicos essenciais e capazes de satisfazer os interesses da sociedade (moradia digna, ambiente saudável e sustentável).

Nesse diapasão, um fator importantíssimo para a melhoria da qualidade de vida da população é ter um lugar digno para viver. Sabemos que o acesso a moradia digna é um dos principais problemas sociais urbanos do país e de Sergipe.

Numa perspectiva que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber que as reivindicações em relação à habitação emergem sob várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, etc.), construção de moradias para atender ao número alarmante de famílias sem casa própria e questionamento das obras de urbanização em áreas periféricas e favelas.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), grande parte do conjunto de cidades brasileiras não possui uma estrutura institucional capaz de desenvolver uma política adequada para a área da habitação.

O Nordeste é a 2ª região do país com maior déficit habitacional (1.900.646 – 10,8% dos domicílios de toda a região). Sergipe é responsável por 3,6% deste total, com um déficit total de 69.032 domicílios (Fonte: Fundação João Pinheiro – FJP – Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014) e aparece, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua o IBGE-2017, abaixo da média nacional em abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

É importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial aqueles relacionados à habitação, refletem em programas ou ações governamentais que não consideraram a população mais pobre ou simplesmente nem existiram. Nesse sentido,

torna-se urgente a retomada de ações que enfrentem a questão da habitação urbana no estado, com destaque para algumas políticas e projetos para enfrentar essa questão social que afeta a qualidade de vida da população sergipana, proporcionando acesso a moradia digna a quem de fato necessita.

Na outra esteira que é o campo, o estado de Sergipe possui como atividades mais importantes: agricultura (3,7%), pecuária (1,3%) e floresta e pesca (0,2%), sendo que a agricultura familiar representa mais de 70% do alimento produzido no Estado e mais de 80% dos empregos no meio rural. O estado ainda possui pouca área disponível e mudança na dinâmica econômica/urbanização leva a redução da participação do setor na economia. Percebe-se assim, que é preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, ao mesmo tempo em que utilizem diferentes instrumentos de política econômica e social para promover um modelo de desenvolvimento rural que permita aos seus habitantes melhorarem suas condições de emprego, renda e qualidade de vida

Com efeito, é preciso definir claramente as prioridades, dialogar amplamente com a sociedade e aplicar de forma eficiente os recursos escassos, além de reforçar o planejamento específico de atuação, com metas bem estabelecidas e, principalmente, com efetivo monitoramento e avaliação de resultados, definindo de forma transparente os papéis e os espaços de atuação do governo e da iniciativa privada, para gerar crescimento econômico, lucro, renda e criar empregos sem ocasionar danos ao meio ambiente.

### **Principais Ações**

- ✓ Incentivar os municípios na implementação de projetos de mobilidade urbana, com prioridade ao transporte coletivo e individual não motorizado (ciclovias);
- ✓ Fomentar junto aos Municípios a criação de normas para incentivos fiscais como forma de atração de capital produtivo;
- ✓ Atuar em parceria com os Municípios para revitalização e/ou criação de Distritos Industriais e Polos Econômicos modernos, e assim, favorecer a diversificação da economia local e o fomento aos negócios;

- ✓ Garantir a trafegabilidade da malha rodoviária do Estado;
- ✓ Projeto “Estrada Segura” com a renovação da sinalização viária do estado e atuação efetiva do DER nas estradas;
- ✓ Implantar balanças nas estradas estaduais com a finalidade de fiscalizar o peso das cargas e assim garantir maior durabilidade do piso asfáltico;
- ✓ Instalar painéis informativos nas estradas estaduais com interações online com o Centro de Operações;
- ✓ Levar gás natural ao interior como forma de propiciar infraestrutura adequada à implantação de novas indústrias;
- ✓ Criar uma linha de microcrédito subsidiado para construção e reforma de moradias;
- ✓ Viabilizar junto ao governo federal a construção do Novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santa Maria com vistas a incentivar as empresas aéreas na criação de rotas internacionais;
- ✓ Estimular a implantação de um sistema integrado de transporte na região metropolitana de Aracaju;
- ✓ Fomentar o turismo doméstico e internacional;
- ✓ Interiorizar as ações da Defesa Civil equipando os municípios com equipamentos básicos para o atendimento de ocorrências;
- ✓ Qualificar mão de obra e facilitar o acesso ao mercado de trabalho (urbano e rural);
- ✓ Criar e implantar políticas públicas de apoio ao incremento da infraestrutura turística do estado;
- ✓ Fomentar, em parceria com a iniciativa privada (operadores turísticos), a criação de roteiros turísticos segmentados (roteiros religiosos, ecológico, de aventura, de negócios, rural etc.), atraindo assim, novas rotas aéreas e redes de hoteleiras;
- ✓ Dinamizar a cadeia produtiva do turismo;
- ✓ Fortalecer a prática do turismo sustentável;
- ✓ Definir o TURISMO como polo de desenvolvimento regional desenvolvendo em parceria com a sociedade e a iniciativa privada de um PLANO DIRETOR TURÍSTICO DE SERGIPE;



- ✓ Incentivar em parceria com SEBRAE e SENAC, programas de profissionalização do pequeno produtor artesanal com fabricação de doce, artesanato, peças de arte, guias turísticos, e inclusão em projetos de feiras culturais em suas cidades gerando emprego e renda;
- ✓ Recuperar os perímetros irrigados antigos e fomentar a criação de novas áreas irrigadas, como forma de driblar a escassez hídrica existente no semiárido que limita muitas atividades econômicas;
- ✓ Recuperar o sistema de barragens e construir novas como forma de ampliar o potencial agrícola;
- ✓ Atrair, por intermédio de programas de incentivo, novas indústrias de beneficiamento para os produtos locais (Ex: milho, feijão, laranja etc.);
- ✓ Retomar o programa de revitalização da citricultura na região sul do Estado;
- ✓ Recuperar a capacidade operativa da ENDAGRO e firmar parcerias com a EMBRAPA, com o objetivo de revitalizar e fortalecer a Empresa;
- ✓ Incentivar a agricultura familiar e o cooperativismo com a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar em todo o Estado;
- ✓ Fomentar todos os programas de apoio à agricultura familiar;
- ✓ viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- ✓ Ampliar e implementar Programas de Construção de Moradia Popular para o cidadão de baixa renda e famílias em situação de risco, bem como, incluir no Programa, imóveis públicos (sem afetação);
- ✓ implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;
- ✓ articular, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação e o acesso a financiamentos para construção da casa própria;
- ✓ Criar cadastro estadual unificado da demanda por moradia para oportunizar acesso a moradia para a população mais carente.

## 10. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (C, T & I)

O Estado de Sergipe possui em sua estrutura administrativa uma empresa de Tecnologia (Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação – EMGETIS), que hoje está "sucateada", com equipamentos obsoletos e sem nenhum investimento a quase 10 anos. Os equipamentos estão obsoletos e sem contrato de manutenção.

A EMGETIS, apesar de ser a empresa que deveria prover a governança e viabilizar as soluções corporativas de TIC para o Estado, hoje não desempenha nenhum papel estratégico.

A falta de políticas voltadas para a tecnologia e inovação, além de onerar o Estado, gera diversos problemas, dentre eles: triplica os custos com mão de obra, infraestrutura e serviços.

Faz aproximadamente 25 anos que o Estado fez concurso para técnicos de TIC, hoje atende com cargos em comissão e terceirização de mão-de-obra, gerando alta rotatividade dessa mão de obra, não preservando os talentos e conhecimento em seus quadros. Dependendo de empresas de software terceirizadas para manter sistemas estruturantes é uma fragilidade inaceitável;

Manter um CIOSP, com mão de obra terceirizada, com apenas 30% (trinta por cento) das câmeras de monitoramento em funcionamento, monitores/painéis de TV queimados, há um custo de, aproximadamente, R\$ 1,5 milhões/mês, fragiliza a segurança pública e onera o Estado. Este é o diagnóstico preliminar da real situação do Estado na área de TIC.

As inovações tecnológicas influenciam diretamente na vida em sociedade, gerando transformações nas áreas da saúde, educação, meio ambiente, no comportamento dos cidadãos e na vida social, criando oportunidades para o desenvolvimento científico e tecnológico, associadas à produção e utilização de bens e serviços, públicos e privados.

Nas últimas décadas, o Mundo tem presenciado um processo de transformação e de inovação tecnológica sem precedentes, impactando diretamente todas as áreas da sociedade. A sua utilização tem produzido modificações importantes que vão desde mudanças significativas na prática cotidiana do cidadão até procedimentos e processos de gestão, na governança corporativa das áreas públicas e privadas.

Somente com o uso racional da tecnologia, com o aproveitamento da inovação e de boas práticas, é que o Estado poderá cumprir o seu papel de forma eficiente e eficaz.

### **Principais Ações**

- ✓ Reestruturar a ENGETIS, realizar concurso público para preencher os quadros de TI e implementar uma fábrica software, reduzindo a terceirização e a dependências de sistemas terceirizados, que oneram os serviços públicos e não aprimoram os serviços do Estado;
- ✓ Implantar Parques Tecnológicos (capital e interior) vocacionados para exploração das potencialidades locais e integrados entre si, propiciando novos ambientes de inovação e competitividade;
- ✓ Implantar um anel de fibra ótica – SERGIPE DIGITAL - ligando toda rede de escolas, hospitais e órgãos da administração, unidades de segurança pública, propiciando o acesso a internet a comunicação de dados;
- ✓ Criar a nuvem pública de tecnologia do Estado, para a integração dos serviços essenciais a população, visando a otimização de estrutura e minimização de custos;
- ✓ Realizar parcerias com Universidades, Escolas Técnicas e a Iniciativas Privadas para desenvolvimento de soluções inteligentes para os serviços que o Estado presta a população aproximando o cidadão do Estado;
- ✓ Implementar Programas de Ciência, Tecnologia e Inovação para Micros, Pequenas e Médias Empresas;
- ✓ Ampliar os serviços do Portal da Transparência incluindo os projetos que estão em execução em cada órgão da administração;
- ✓ Implementar uma política centralizada de investimentos em TIC, objetivando a otimização dos serviços e economicidade;

## 11. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergipe, apesar de possuir rica biodiversidade, expressa em seus dois grandes biomas (Mata Atlântica e Caatinga), encontram-se intensamente degradados. O que ainda resta da Mata Atlântica, menos de 1% de sua cobertura original, encontra-se fragmentada e ameaçada, sendo utilizada ilegalmente para abastecer setores produtivos dependentes do consumo de lenha. Na Caatinga, inexistem inventários florísticos ou outros estudos que caracterizem o atual estado de degradação deste bioma. Assim sendo, faz-se necessário desenvolver estratégias de uso racional de tais recursos e a implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações, o que contempla os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Para que o desenvolvimento sustentável ocorra, torna-se indispensável estruturar políticas responsáveis e avaliar o desempenho da instituição responsável pela gestão ambiental estadual, bem como as políticas já implementadas anteriormente nesta área.

Estamos em pleno Século XXI, era da informação e do trabalho colaborativo e compartilhado, deste modo, não podemos pensar em gestão ambiental sem aplicar a promoção de políticas integradas, a criação e execução de projetos eficientes na gestão de suas diversas áreas setoriais - conservação da biodiversidade; gestão de recursos hídricos; gestão de resíduos sólidos; redução de emissões e de mudanças climáticas; redução dos índices de desmatamento – e, ampliando, conclamando a participação social e a consciência ambiental através da educação ambiental.

O Brasil é um país que, nos últimos 20 anos, conquistou muitos avanços sociais, no entanto, quando falamos em saneamento básico, a realidade nos mostra que estamos longe do ideal.

O saneamento básico é o conjunto de infraestruturas e medidas adotadas pelo governo para gerar melhores condições de vida para a população. No Brasil, esse conceito está estabelecido pela lei nº 11.445/07, compreendendo o conjunto de serviços estruturais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza e drenagem de lixo e águas pluviais urbanos.

Estudo do Instituto Trata Brasil, publicado em 2018, com base nos dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) relativos ao ano de 2016,

aponta que somente 45% do esgoto gerado no Brasil passa por tratamento e outros 55% são despejados diretamente na natureza, o que corresponde a 5,2 bilhões de metros cúbicos por ano ou quase 6 mil piscinas olímpicas de esgoto por dia. O índice de coleta de esgoto é de somente 15,84% entre todos os municípios atendidos com abastecimento de água, e apenas 22,99% são tratados em relação à água consumida. Nesse cenário, o Nordeste possui o segundo pior índice de tratamento de esgoto entre as regiões do país, com apenas 28,8% do esgoto produzido sendo tratado adequadamente.

O acesso ao saneamento básico melhora a saúde, evita doenças, mortes e amplia oportunidades econômicas e a produtividade e esse estudo foi realizado mostra que mesmo há quase dez anos após a promulgação da Lei de saneamento, pouco se avançou nessa área, por isso é preciso mais esforço por parte dos governos para que toda a população seja abrangida pelo tratamento, pois a falta de saneamento básico ameaça a saúde pública, gera desigualdade social, a poluição dos recursos hídricos, a poluição urbana e resulta em perda da produtividade.

### Principais Ações

- ✓ Fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas;
- ✓ Estimular o controle social na gestão da política ambiental em Sergipe;
- ✓ Modernizar os órgãos e sistemas que atuam na política ambiental;
- ✓ Promover a descentralização da gestão ambiental para os municípios e fortalecer os seus órgãos ambientais;
- ✓ Adotar um modelo de gestão ambiental moderno e integrado (recursos hídricos, saneamento, habitação, saúde pública e etc.);
- ✓ Implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/2010, desativando todos os lixões existentes no Estado;
- ✓ Fomentar a utilização de energias limpas (eólica, solar etc.) por parte da iniciativa privada e órgãos públicos;
- ✓ Incentivar a criação de novas Cooperativas de Reciclagem e fortalecer as existentes;
- ✓ Estimular ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco;
- ✓ Apoiar e incentivar o reflorestamento de áreas degradadas em parceria com os municípios e órgãos federais;

- ✓ Apoiar e incentivar os produtores rurais para práticas de conservação do meio ambiente como: preservação de fontes, e mata ciliar;
- ✓ Capacitar os professores da rede pública de ensino com o objetivo de inserir e discutir a educação ambiental no currículo da escola;
- ✓ Buscar parcerias interagências para fortalecer as ações de monitoramento ambiental como apoio a tomada de decisão quanto ao licenciamento ambiental;
- ✓ Combater o desmatamento ilegal;
- ✓ Ampliar a rede de monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea, a fim de conhecer a quantidade e a qualidade disponíveis e gerar insumos para o planejamento e a gestão de recursos hídricos no Estado;
- ✓ Fomentar, num espírito de parceria, a cooperação entre todos os níveis de governo, comunidades, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, iniciativa privada e detentores de terras, com o intuito de promover a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável na Caatinga (Declaração da Caatinga, 18 de maio de 2012);
- ✓ Avançar na coleta e tratamento de esgoto, por meio dos programas de incentivo e fiscalização;
- ✓ Incentivar a utilização de gás veicular e/ou energia elétrica para o transporte coletivo (táxis, ônibus, micro-ônibus, transporte escolar etc.), através de incentivo na redução do IPVA;
- ✓ Conceder incentivos para atração de indústrias de equipamentos voltados para a geração e uso de energias renováveis.